

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.674 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2003

José Cruz



João Paulo visitou Sarney para entregar o texto aprovado pela Câmara dos Deputados

Sarney anuncia urgência para votar restrições a presos mais perigosos

Presidente do Senado recebe texto aprovado pela Câmara dos Deputados que visa reforçar combate ao crime organizado

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu agilizar a votação do projeto que permite às autoridades judiciais impor restrições aos presos envolvidos com crime organizado. Ao receber do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o texto

aprovado pelos deputados, Sarney disse que a matéria é da maior importância, pois “a sociedade está desejosa dessas providências”. Ele anunciou que vai reunir os líderes para, se possível, aprovar o projeto já nesta semana.

PÁGINA 3

Conselho dá hoje parecer sobre capital estrangeiro na TV por assinatura

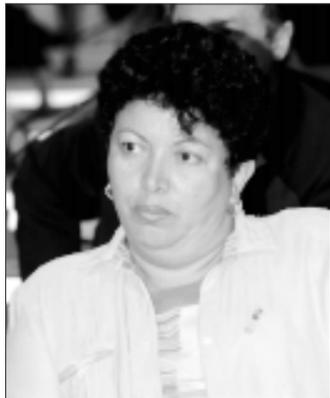
PÁGINA 6

Plenário deve examinar quatro MPs para desobstruir a pauta

O Plenário tem, a partir de amanhã, a tarefa de votar quatro medidas provisórias e desobstruir o restante da ordem do dia do Senado, em que já constam outras 35 matérias.

PÁGINA 3

Célio Azevedo



Dilma Rousseff expõe planos no Senado amanhã

Ideli Salvatti é autora do requerimento convocando a ministra para comparecer à Comissão de Infra-Estrutura

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Comissão de Assuntos Econômicos examina pauta de 24 itens na reunião de amanhã

Contratação de idosos e portadores de deficiência pode receber incentivos

PÁGINA 7

Eduardo destaca inclusão digital como instrumento de cidadania

Senador quer chamar a atenção de governos, mídia e sociedade em geral para a necessidade de assegurar às pessoas acesso ao computador, essencial para a inserção no mercado de trabalho



Segundo Renan, a ONU calcula em US\$ 1,9 bilhão os gastos diários com a guerra no Golfo

Renan diz que guerra castiga os países pobres

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) manifestou-se contrário à guerra liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque porque, segundo ele, um conflito desse porte, além de aumentar o terrorismo e o preço do petróleo, gera instabilidade na economia mundial, o que ameaça os fluxos financeiros fundamentais para o crescimento dos mercados emergentes.

— Países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil, serão as primeiras vítimas de retração econômica decorrente do conflito. Os juros continuarão altos e a inflação, estimulada — afirmou.

Renan disse que a Organização das Nações Unidas (ONU) calculou em US\$ 1,9 bilhão os gastos diários com a guerra.

— Para se ter uma idéia de que o preço pago não é somente com vidas humanas, o que já é um absurdo inaceitável, o dinheiro gasto com a guerra do Iraque apenas nesses primeiros dias de conflito seria suficiente para construir 50 mil escolas ou pelo menos 5 mil hospitais modernos na América Latina — finalizou Renan Calheiros.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) chamou atenção para o Dia da Inclusão Digital, criado pelo Comitê para Democratização da Informática (CDI), comemorado sempre no último sábado do mês de março. Para o senador, é importante alertar a sociedade civil, empresas, governos e mídia para a necessidade de se promover a inclusão digital em comunidades de baixa renda e em instituições que atendam públicos com necessidades especiais.

— A inclusão digital não é apenas mais uma forma de facilitar o acesso ao emprego. Ela é uma via consistente para populações carentes adquirirem mobilidade social, alcançarem melhoria na qua-



Eduardo Siqueira Campos: inclusão digital ajuda a construir a cidadania

lidade de vida, enfim, construir a tão necessária cidadania — disse o parlamentar.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que, embora os avanços da informática exijam cada vez mais pessoas que saibam lidar com um computador, são muitos os excluí-

dos do mundo da informática, os chamados “analfabetos digitais”. Essas pessoas, acrescentou, não têm acesso à máquina em casa, na escola ou no bairro onde moram. Contudo, precisam saber usá-la para conseguir emprego.

— É inconcebível que o aluno passe oito, 12 anos para concluir o ensino fundamental, ou médio e, nesse meio tempo, nunca se depare com um computador na escola. Se isso acontece, nosso sistema educacional é um grande gerador de exclusão digital — ressaltou Eduardo Siqueira Campos, que defendeu o envolvimento na educação digital de empresas, associações de bairro, clubes de serviço e organizações não-governamentais, que “podem trabalhar nesse propósito”.

Três embaixadores na pauta da CRE



Jefferson relata indicação do embaixador na Rússia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se na quinta-feira para analisar mensagens do presidente da República com indicações para as embaixadas do Brasil no Panamá, na Coreia do Sul e na Rússia, respectivamente os diplomatas Luiz Tupy

Caldas de Moura, Pedro Paulo Pinto Assumpção e Carlos Augusto Rego Santos Neves, com relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM). As três indicações serão examinadas em sessão secreta e, se aprovadas pela CRE, deverão ainda ser submetidas à deliberação do Plenário do Senado.

Rádio Senado estuda novo manual de redação

A Rádio Senado reuniu os funcionários na sexta-feira, na sede do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), para discutir e elaborar um novo *Manual de Redação e Procedimentos*, que orientará o trabalho jornalístico da emissora. Na abertura do encontro, o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg, elogiou a qualidade profissional dos funcionários e destacou os projetos que pretende implantar nos próximos dois anos, como a colorização do *Jornal do Senado*.



Funcionários da Rádio Senado participam de encontro para discutir novo manual



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

14h — Conselho de Comunicação Social
Pauta: reunião administrativa.
14h30 — Discussão e votação do relatório sobre o PLS 175/01 (Ney Suassuna), nova redação ao artigo 7º da Lei 8.977/95 (serviço de TV a cabo).
16h — Comunicação dos conselheiros. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP 80/02 (artigo 5º da Lei 8.427/92); MP 83/02 (concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção); MP 82/02 (transferência da União para estados e DF de segmentos da malha rodoviária); MP 85/02 (crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional); MP 87/02; MP 86/02; PLC 1/03 (Estatuto do Torcedor); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLS 66/03 (Código Penal); terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01; segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01 (gastos com a publicidade); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 40/99 (revoga inciso do art. 20 da Constituição e parágrafo do art. 49 do Ato das Disposições Transitórias); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/99 (artigo 14 da Constituição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 31/99 (caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 55/99 (caput do artigo 37 da Constituição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 7/02 (nova redação a parágrafos do artigo 14 da Constituição); entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 40/99; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/99; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 31/99; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 55/99; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 7/02; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99 (dispositivos de artigos da Constituição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 64/99 (artigos da Constituição); entre outras matérias.

Quinta-feira

14h30 — Comparecimento de ministro de Estado

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Enquanto as medidas provisórias não forem votadas, a pauta do Senado permanece obstruída

Senado tem quatro MPs na pauta a partir de amanhã

O Plenário do Senado tem quatro medidas provisórias (MPs) para votar a partir de amanhã: a que permite a transferência de rodovias federais para os estados; a que trata da aposentadoria dos trabalhadores em cooperativas; e duas MPs autorizando créditos extraordinários para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional.

Enquanto essas matérias não forem votadas, a pauta do Senado permanece obstruída, ficando sem deliberação outras 35 matérias na ordem do dia e todos os outros projetos terminativos nas comissões temáticas da Casa.

Uma das MPs que estão trancando a pauta do Senado permite à União transferir para os estados até 18 mil quilômetros da malha rodoviária federal. O que os senadores devem votar é o projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 82, de 2002, elaborada pelo relator, deputado Tadeu Filipelli (PMDB-DF). O texto estabelece que a União deverá repa-

sar R\$ 130 mil por quilômetro de rodovia transferido.

O artigo 1º do texto original da MP, editada no governo Fernando Henrique, era taxativo com relação às transferências: "A União transferirá, a seu exclusivo critério, o domínio de até 18 mil quilômetros de malha rodoviária". A redação adotada pelo deputado estabelece que "a União poderá transferir". Filipelli acredita que a mudança seja suficiente para condicionar as transferências à anuência dos estados.

Uma segunda medida provisória dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao associado de cooperativa de trabalho ou de produção. Entre outras determinações, a MP indica que as disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado da Previdência Social passam a se aplicar também aos cooperados filiados a cooperativa de trabalho que estejam sujeitos a condições que prejudiquem sua saúde ou integridade física.

Projeto que prevê restrição a preso deve ter urgência

Sarney recebe texto aprovado pela Câmara e diz que vai reunir os líderes para, se possível, votar a matéria em Plenário já nesta semana

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na sexta-feira do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o texto do projeto recém-aprovado pelos deputados que altera a Lei de Execução Penal. Sarney comprometeu-se a agilizar no Senado a votação da matéria, que permite às autoridades judiciárias impor restrições a presos envolvidos com crime organizado.

— Trata-se de assunto da maior importância; a sociedade está desejosa dessas providências. Já determinei à secretaria da Mesa o envio às comissões e vou convocar os líderes para votarmos em regime de urgência — declarou Sarney, acrescentando que, se possível, o projeto será aprovado já esta semana.

João Paulo disse que o projeto "é muito importante no combate ao



João Paulo entrega a Sarney o texto aprovado na Câmara que altera a Lei de Execução Penal

crime organizado, pois dá instrumento ao Judiciário para apartar do conjunto dos presos os mais perigosos ou que cometam faltas graves dentro do sistema, permitindo separá-los para evitar a 'contaminação' dos outros e dificultar a relação com o mundo exterior".

Sarney garantiu que não há problema por existir na Câmara projeto semelhante ao de sua autoria aumentando as penas para crimes contra magistrados, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

— A tramitação será em conjunto, no interesse de todos, não importando a autoria, e sim que as medidas sejam logo aprovadas e fiquem à disposição da sociedade — assegurou o senador.

Após o encontro, tanto Sarney quanto João Paulo enfatizaram que a discussão das reformas não será prejudicada pela polêmica sobre por qual das duas Casas a tramitação deve começar.

— Estou na mesma linha do presidente Sarney; não importa muito a origem, importa enfrentar o debate e aprovar as medidas que o Brasil espera — afirmou João Paulo.

Texto torna mais rigorosa a legislação penal

O projeto de lei que agora será examinado no Senado tramitou por quase dois anos na Câmara, onde foi aprovado na semana passada em regime de urgência. Oriundo do Executivo, o projeto altera dispositivos da Lei de Execução Penal e do Código de Processo Penal, principalmente os que tratam de crimes dolosos. Entre as modificações introduzidas na legislação estão:

1) criação de um regime disciplinar específico para o preso provisório, ou condenado, que cometer crime doloso. A

pena deverá ser cumprida em cela individual e as visitas semanais ficam restritas a duas pessoas, com duração de duas horas;

- 2) ampliação do prazo de isolamento do preso, que poderá ficar até 360 dias separado dos demais detentos em cela individual. Atualmente o isolamento máximo é de 30 dias;
- 3) instalação de aparelho para detectar metais nos estabelecimentos penitenciários. Todos que queiram ter acesso

ao presídio terão que ser submetidos ao detector, inclusive autoridades de qualquer poder;

- 4) possibilidade de realização dos interrogatórios no próprio estabelecimento penitenciário onde o acusado estiver preso, evitando as idas ao fórum; e
- 5) possibilidade de construção, pela União, pelos estados e pelos municípios, de penitenciárias destinadas exclusivamente a presos condenados por crime doloso.

Infra-Estrutura recebe ministra Dilma Rousseff

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 9h, para ouvir em audiência pública a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. A ministra vai expor aos senadores as propostas relativas à área de atuação de seu ministério. Dilma também

debaterá com a CI a implantação do horário de verão no país (veja quadro ao lado). O convite para o comparecimento da ministra partiu de requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado pela comissão.



Ideli Salvatti é a autora do requerimento convidando a ministra

Horário de verão ocorre anualmente desde 1985

O horário de verão foi adotado pela primeira vez no Brasil no verão de 1931/1932, mas só a partir de 1985 vem sendo adotado anualmente.

O horário especial é implantado por decreto do presidente da República, fundamentado em informações encaminhadas pelo Ministério de Minas e Energia, que toma por base os estudos técnicos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e indica quais as unidades da Federação serão abrangidas e a duração da medida.

O último horário brasileiro de

verão ocorreu de 3 de novembro de 2002 a 16 de fevereiro deste ano.

Outras regiões do mundo também adotam a mudança do horário. Veja alguns exemplos:

- Países da União Européia: do último domingo de março até o último domingo de outubro.
- Estados Unidos, Canadá e México: de abril a outubro.
- Rússia, Turquia e Cuba: pode variar de março a outubro.
- Austrália, Nova Zelândia e Chile: de outubro a março.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Comissão pode ampliar atribuições do SUS

Substitutivo do senador Edison Lobão, que será analisado quinta-feira na CAS, torna obrigatória a prestação de serviços de prevenção e tratamento odontológicos e em todas as especialidades médicas reconhecidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar, na reunião de quinta-feira, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de iniciativa da Câmara que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a prestar serviço de prevenção e tratamento odontológicos. A proposta estabelece que o atendimento deverá ser prestado pela rede de unidades do SUS ou por instituições conveniadas.

Por considerar que a proposição deveria adquirir caráter mais abrangente, Lobão alterou o texto do projeto, ampliando a obrigatoriedade de modo que o SUS passe a prestar serviço de prevenção e tratamento em todas as especialidades médicas reconhecidas, e não apenas na odontológica.

Também está na pauta da CAS o exame de parecer do senador Sibá Machado (PT-AC) favorável



Comissão de Assuntos Sociais examina também projeto que regulamenta a prática do naturismo

ao projeto do deputado federal Fernando Gabeira (PT-RJ) que regulamenta a prática do naturismo, definido como uma forma de vida ao ar livre em que

é utilizado o nudismo para o desenvolvimento da saúde física e mental das pessoas de qualquer idade. Se o projeto for aprovado, caberá ao poder público es-

tadual, municipal e do Distrito Federal autorizar locais para a prática do naturismo, como áreas exclusivas em praias, campos, sítios, fazendas e clubes.

Heráclito elogia juiz que beneficiou o Fome Zero

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiou decisão do juiz Ali Mazloum, da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo, de condenar o empresário William Duarte a doar R\$ 50 mil ao programa Fome Zero. William, acusado de apropriação indébita de contribuição previdenciária, teve sua pena de reclusão de dois anos, cinco meses e cinco dias trocada pela doação ao programa governamental e pela prestação de serviços à comunidade. Além disso, o empresário não foi isento de pagar a dívida com seus empregados.

Na opinião do senador, a solução adotada pelo juiz paulista deveria ser seguida por outros ma-



Para Heráclito, outros magistrados deveriam adotar a prática

gistrados porque é benéfica à sociedade. Em primeiro lugar, porque seria uma forma de os programas sociais do governo reforçarem seus caixas. Em segundo, porque o acusado não teria de cumprir pena em prisão.

Heráclito informou, ainda, que o juiz Mazloum enviou questionamento ao ministro de Segurança Alimentar, José Graziano, sobre a possibilidade de abertura de uma conta bancária para receber doações originadas do cumprimento de decisões judiciais como a adotada por ele. O parlamentar finalizou pedindo ao governo que agilize providências para a viabilização dessa nova fonte de financiamento do Fome Zero.

Arthur Virgílio destaca empréstimo do Bird

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 30 de março, sobre reunião entre o presidente Lula e o presidente do Banco Mundial (Bird), James Wolfensohn, para assinar um empréstimo de US\$ 505 milhões ao Brasil.

De acordo com a notícia, os recursos são um prêmio pelos avanços na área de desenvolvimento humano durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como a redução da mortalidade infantil e o aumento da taxa de matrículas no ensino fundamental.



Avanço na gestão FHC garante recursos, diz Arthur Virgílio

Os US\$ 505 milhões, conforme o jornal, fazem parte de uma parcela de US\$ 1 bilhão por ano que o Bird põe à disposição do país como ajuda pelas reformas promovidas em vários setores, como o fiscal, o energético, o social e o previdenciário. Diferentemente de outros empréstimos que financiam projetos específicos e exigem contrapartida do governo brasileiro, esse tipo de recurso é de livre utilização.

A matéria reporta, ainda, que o dinheiro deve ser devolvido em dez anos, a partir de 2010, com juros de 5% ao ano. No governo passado, acrescenta a publicação, o Brasil recebeu US\$ 4 bilhões do Banco Mundial nessa mesma categoria.

Jucá aplaude trabalho da Fundação Nacional de Saúde

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou trabalho realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e informou que a taxa de mortalidade infantil caiu 38% no decorrer da década passada, superando as próprias metas fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Diminuir o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida, conforme observou Jucá, não foi um fato isolado, mas, segundo ele, reflexo da política que o Ministério da Saúde promoveu desde 1995, no início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No campo da epidemiologia e controle de doenças, a Funasa, informou o senador, promoveu iniciativas fundamentais para a melhoria do setor, com destaque para a eliminação do sarampo, do tétano neonatal e de casos de cólera. Jucá também enalteceu outras ações, como a implantação

de diversas campanhas de vacinação e redução da ocorrência da malária e da raiva humana.

— Como se vê, há um trabalho em andamento, desenvolvido pela Funasa em prol da saúde do país, apesar das profundas deficiências que ainda atingem o setor—concluiu Romero Jucá.

Lúcia Vânia lidera comissão de endividamento

A Frente Parlamentar do Centro-Oeste elegeu na quarta-feira os parlamentares que coordenarão as comissões que vão lutar pelos interesses de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi escolhida como coordenadora da Comissão de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal.

A senadora pretende, como primeira iniciativa, realizar levantamento das dívidas do estado de Goiás, divulgando o resultado para os demais estados.

— Vamos verificar o que é passível de uma ação conjunta e, depois, buscar os compromissos da União com os estados e o Distrito Federal — afirmou a senadora.

Lúcia Vânia explicou que a comissão vai buscar o apoio de técnicos dos governos estaduais para conhecer a realidade do endividamento regional.

— A União também deve aos estados. Dessa forma, é preciso analisar como dividir as dívidas e obrigações mensais, e verificar o que é possível abater no estoque da dívida a cada mês — disse.

A senadora acredita que será possível realizar um bom trabalho em conjunto pelo Centro-Oeste, ao lado dos parlamentares que estão integrando a comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), deputados Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) e Ricarte de Freitas (PTB-MT).



Lúcia Vânia quer ação conjunta para enfrentar o endividamento regional



Amir Lando disse que situação dos hospitais é crítica e mostra "odiosa divisão social do país"

Lando pede recuperação da saúde em RO

O senador Amir Lando (PMDB-RO) cobrou providências do governo federal para recuperar os hospitais públicos de Rondônia, que, segundo observou, estão em estado crítico, a ponto de o juiz do Trabalho Jônatas dos Santos Andrade determinar a intervenção na saúde pública do estado.

Amir Lando afirmou que a atitude do juiz, mais do que uma tentativa de correção de um caso estadual, é um grito de alerta contra o que chamou de "odiosa divisão social de um país que reúne todas as condições para ser democrático na distribuição da riqueza nacional".

Para o senador, esse verdadeiro *apartheid* na saúde coloca, de um lado, quem pode pagar a medicina particular ou os planos de saúde cada vez mais inacessíveis e, do outro, o restante da população que permanece aguardando a "dádiva" do atendimento público de plantão.

Amir Lando ressaltou ser urgente que o caso específico de Rondônia seja solucionado, começando pela colocação nos hospitais de profissionais mais qualificados e regidos por princípios éticos. "Mas é preciso ir mais além", afirmou, "porque o Brasil exigiu mudanças por meio das urnas".

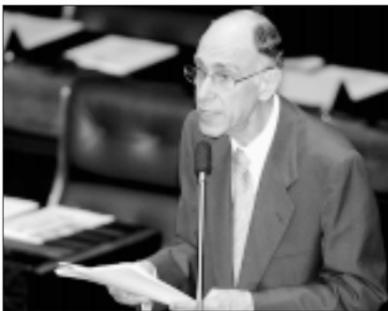
— É impossível um país com tantas riquezas permanecer refém de credores e da especulação financeira que solapa nossa dignidade. Que o caso de Rondônia sirva de base para uma ampla discussão de um projeto de desenvolvimento nacional que inclua todos os brasileiros na saúde, na educação e na segurança pública, enfim na cidadania plena — concluiu Amir Lando.

Projeto defende material genético vegetal do país

Comissão de Educação vota na quarta-feira proposta que proíbe transferência da propriedade para empresas estrangeiras

A proibição de transferência do direito de propriedade de material genético vegetal manipulado por instituições públicas para empresas privadas será discutida pela Comissão de Educação na reunião de quarta-feira, às 10h. Favorável à proposta, o senador Marco Maciel (PFL-PE) ofereceu parecer na forma de emenda substitutiva, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao justificar sua proposição, o ex-senador Blairo Maggi observou que as entidades públicas de pesquisa agropecuária atualmente podem firmar contratos com empresas privadas prevendo a transferência de domínio e de direito de propriedade desse material. O



Marco Maciel apresentou emenda substitutiva favorável à proposta

receio é que empresas transnacionais, de posse dessas informações, passem a introduzir tecnologias para o desenvolvimento de alimentos geneticamente modificados e adotem procedimentos danosos aos interesses dos agricultores brasileiros.

A comissão também deve votar, em caráter terminativo, relatório

do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável ao projeto sobre concessão de férias a estagiários, do senador Edison Lobão (PFL-MA). A proposta garante 15 dias de férias remuneradas a cada seis meses de estágio em empresas privadas ou públicas, dando ao estudante tempo livre para descanso e lazer, maior convivência com a família e até investimento em outras formas de capacitação.

Outro item da pauta é o projeto que institui o Ano do Educador, com parecer favorável do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), e duas proposições com voto contrário à aprovação dos relatores: sobre alterações na Lei de Telecomunicações e criando uma reunião semanal de estudos para os profissionais da educação.

Valmir Amaral cobra controle da hepatite A

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) solicitou ao governo federal uma ação permanente do Ministério da Saúde no controle da hepatite tipo A, principalmente nas áreas mais carentes do país. Ele acredita que a doença está ligada diretamente à falta de higiene da população e à ausência de ações efetivas do Estado, já que as formas mais comuns de transmissão da doença são o contato com fezes e a ingestão de água e alimentos contaminados:

— A hepatite do tipo A é basicamente uma doença do Terceiro Mundo, da desinformação, do descaso e da falta de vontade política por parte das autoridades sanitárias nacionais em combatê-la. Com determinação do Estado, honestidade e vontade política, poderemos adotar medidas eficazes para o controle dessa doença — disse o parlamentar.



Valmir Amaral: doença é típica de países onde há falta de interesse das autoridades em combatê-la

Valmir Amaral manifestou a sua esperança de que essa situação esteja prestes a mudar. Ele citou informações divulgadas pela imprensa segundo as quais o presidente Lula da Silva autorizou investimentos significativos em saú-

de pública, assistência social e saneamento básico. O Programa Saúde da Família (PSF) receberá R\$ 363 milhões a mais do que no ano passado e o governo deverá contratar mais de 40 mil agentes comunitários, 4,6 mil enfermeiros, 4 mil médicos, 4 mil auxiliares de enfermagem, 3 mil dentistas e 3 mil auxiliares de consultório dentário em todo o país.

Além disso, acrescentou o senador do DF, o governo prometeu liberar aos municípios as verbas atrasadas — cerca de R\$ 598 milhões — do chamado *Projeto Alvorada*, que tem como objetivo a construção de redes de saneamento básico em nível nacional. Com esses recursos, seria possível concluir, no prazo de seis meses, as obras que estão pendentes.

Falta de saneamento facilita contágio

A hepatite A é uma doença infecciosa aguda, causada pelo vírus HAV, que produz inflamação no fígado. A transmissão do vírus é fecal-oral, através da ingestão de água e alimentos contaminados ou diretamente de uma pessoa para outra. Uma pessoa infectada com o vírus pode ou não desenvolver a doença.

A manifestação da doença é mais comum em localidades onde a infra-estrutura de saneamento básico é inadequada ou inexistente, atingindo principalmente as crianças. O Brasil, com muitos municípios sem redes de água e esgoto, tem risco elevado de transmissão. Desde 1995, estão disponíveis vacinas seguras e eficazes contra a doença.



Sérgio Cabral acha que boleto permitirá ao trabalhador fiscalizar o recolhimento das contribuições

Cabral propõe que INSS forneça extrato semestral

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que obriga o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fornecer informações periódicas aos segurados. Os participantes receberiam semestralmente pelo correio informações relativas ao valor das seis últimas contribuições efetivadas, ao tempo de contribuição e ao período necessário para obter a aposentadoria.

Sérgio Cabral acredita que o sistema previdenciário enfrenta uma profunda crise devido a vários anos de mau gerenciamento. Uma das principais deficiências do sistema, segundo o parlamentar, é a grande inadimplência dos empregadores:

— Não raro o empregador desconta a parte da contribuição do empregado do seu salário e, além de não contribuir com a parte que lhe cabe, retém consigo a parcela referente à contribuição do próprio trabalhador, incorrendo inclusive no crime de apropriação indébita — argumenta o senador na justificativa do projeto.

O parlamentar afirma que a emissão do extrato contendo todos os dados do segurado dará transparência total ao sistema de seguridade social. Com o boleto, todo trabalhador poderá fiscalizar se as contribuições do empregador estão sendo efetivamente recolhidas, contribuindo para diminuir os casos de apropriação indébita de recursos da Previdência Social:

— A medida contribuirá para o esclarecimento do segurado no que diz respeito aos seus direitos, diminuindo o afluxo de contribuintes aos postos do INSS e permitindo uma melhoria no atendimento dos que efetivamente precisam de informações e providências — explica o senador.

Conselho debate capital estrangeiro na TV paga

Projeto já aprovado pela Comissão de Educação tem por objetivo adequar a legislação do setor à Lei Geral das Telecomunicações

O Conselho de Comunicação Social deve pronunciar-se na reunião de hoje, a partir das 10h, sobre dois pareceres referentes a projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que permite o controle acionário estrangeiro do capital das empresas de televisão por assinatura.

Um dos pareceres é o da Comissão de Educação (CE), e o outro, alternativo, é de autoria do conselheiro Paulo Machado de Carvalho, representante das emissoras de rádio e favorável ao projeto. O fato de o Conselho de Comunicação ser um órgão de caráter consultivo do Congresso desobriga os senadores de seguirem sugestões do colegiado.

Aprovado em decisão terminativa na CE, com base em relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto será votado pelo Plenário por força de recurso de iniciativa da ex-senadora Emilia Fernandes. O objetivo da proposta, segundo Suassuna, é adequar a legislação da TV por assinatura à Lei Geral das Telecomunicações.



Na reunião de hoje, os integrantes do Conselho de Comunicação Social devem definir-se sobre dois pareceres em torno da matéria

Em sua última reunião, a comissão do conselho encarregada de analisar a matéria ouviu representantes das empresas. Na ocasião, o diretor-executivo da Associação Brasileira das Televisões por Assinatura (ABTA), José Francisco Araújo Lima, assegurou que, só no ano passado, as empresas de televisão por assinatura acumularam um prejuízo de cerca de R\$ 3 bilhões.

O argumento dos representantes dos empresários foi refutado por quatro dos cinco conselheiros

integrantes da comissão. O representante dos jornalistas no colegiado, Daniel Hertz, por exemplo, sugeriu a análise prévia do projeto de universalização, de autoria da própria ABTA, antes de uma decisão sobre a participação de capital estrangeiro no setor.

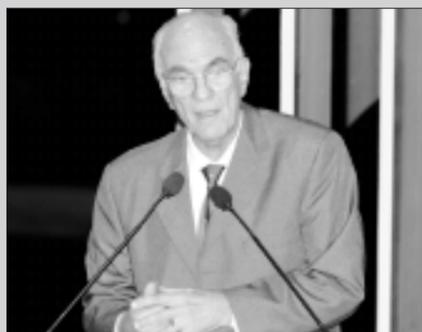
— Os problemas das televisões por assinatura devem-se à omissão do Executivo, à falta de participação da sociedade no controle do setor e às opções equivocadas dos empresários — apontou Hertz.

Saturnino propõe mais incentivo ao cinema

Empresas públicas e privadas de televisão terão de aplicar 2% de sua receita bruta em produções audiovisuais brasileiras independentes, caso seja aprovado projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). A proposta, de caráter terminativo, está na Comissão de Educação (CE). Se aprovado na comissão, e não houver recurso para exame do Plenário, a proposição seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, metade dos recursos propostos seria destinada à co-produção de obras cinematográficas brasileiras independentes. A outra parte seria destinada à compra de direitos de exibição de obras audiovisuais também independentes.

Na opinião de Saturnino, em-



Rosevelt Pinheiro

Projeto de Roberto Saturnino destina 2% da renda das TVs a produção cinematográfica

bora a edição da medida provisória que estabeleceu os princípios gerais da política nacional do cinema tenha contribuído para a inclusão dessa atividade na pauta de prioridades do governo, ela não determinou o comprometimento financeiro das emissoras de radiodifusão com o incremento da produção cinematográfica brasileira. Nesse contexto, apontou o senador, surgiu a necessidade de se criar

um projeto que promova uma maior articulação entre cinema e TV, mídias cuja integração tem sido uma experiência de sucesso em vários países.

Ainda de acordo com Saturnino, a aprovação do projeto é importante para que o cinema brasileiro esteja presente na televisão do país e receba parcela da receita dessa mídia, que dispõe de maior faturamento.

Duciomar Costa lembra o centenário do Pará Clube

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) homenageou o Pará Clube pelo transcurso do seu centenário. Ele informou que o clube foi inaugurado no dia 5 de abril de 1903, em Belém, por ingleses que haviam chegado ao Brasil para instalar empresas como a Booth Line, Pará Telephone e Port of Pará. Ao longo do tempo, relatou, tornou-se uma associação que reúne os paraenses em torno do esporte e da cultura.

Criado para ser um ponto de encontro e lazer dos ingleses que foram trabalhar em Belém, observou, o clube passou para mãos brasileiras com a estatização das empresas em que os estrangeiros atuavam, e hoje conta com cerca de 4,8 mil sócios.

— Faço minhas as palavras do presidente do Pará Clube, Antonio Carlos Silva Pantoja, que diz, com muita propriedade, que o clube das



Waldemar Rodrigues

Duciomar Costa disse que a agremiação paraense faz parte da história do estado e do Brasil

elites do início do século passado passou a ser o clube do coração dos paraenses — afirmou.

O senador parabenizou os associados e a diretoria do clube, e congratulou o povo do Pará pelo transcurso da data. Para Duciomar, o clube faz parte da história do Pará e do Brasil.

Simon destaca importância do seriado "A Ferro e Fogo"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a importância do documentário de televisão *A Ferro e Fogo*, baseado na obra do escritor Josué Guimarães sobre a complexidade e a riqueza da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Composto de 13 capítulos e exibido pela RBS TV (Rede Brasil Sul de Comunicação), o seriado, conforme explicou, trata do período da Revolução Federalista, um dos mais importantes da história do estado e que marcou a vida do povo gaúcho.

— Mesmo sendo de âmbito regional, alguns desses episódios tiveram impacto em momentos decisivos da história do Brasil — disse.

Para o senador, a RBS vem desenvolvendo, nos últimos anos, uma série de programas que mos-

tram a identidade do Rio Grande do Sul. Ele destacou a exibição de *Histórias Extraordinárias*, sobre mitos e lendas, e, no campo da teledramaturgia, as séries *Contos de Inverno*, *Histórias Curtas* e *Curtas Gaúchos*.

As gravações de *A Ferro e Fogo*, iniciadas em dezembro do ano passado, se desenvolvem em vários municípios gaúchos, como São José do Norte, Bagé, Uruguaiana, Viamão, Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo. Também foram feitas filmagens no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. A produção envolveu o trabalho de cerca de 450 pessoas, segundo o senador. No capítulo de estréia, transmitido sábado passado, o ator Werner Schünemann prestou homenagem a Josué Guimarães.

Na opinião de Simon, a atividade literária de Josué Guimarães é riquíssima, compondo-se de 24 obras, entre romances, novelas, coletâneas de artigos e de contos, literatura infantil e participação em várias antologias. O primeiro volume da trilogia *A Ferro e Fogo — Tempo de Solidão*, foi editado em 1972, e trata da colonização alemã no estado.

Segundo Pedro Simon, o romancista Josué Guimarães, falecido em 1968, também participou da vida política do país.



Rosevelt Pinheiro

Pedro Simon homenageou Josué Guimarães, autor do romance em que se baseou o documentário

Incentivo a idosos está na pauta da CAE

Reunião de amanhã deve examinar, entre outras propostas, emendas ao projeto de lei do ex-senador Iram Saraiva que estimula a contratação de maiores de 60 anos e pessoas portadoras de deficiência

Jucá destaca importância do movimento feminista

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância dos movimentos organizados de mulheres no tratamento de diversas questões sociais. Essas entidades vêm ocupando um papel relevante na construção da democracia contemporânea, segundo o senador, que citou como exemplo a elaboração da Plataforma Política Feminista, documento concluído na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília entre os dias 6 e 7 de junho de 2002.

O documento foi elaborado por 5.200 ativistas brasileiras, que se reuniram em conferências estaduais, entre março e maio do ano passado, para debater assuntos relacionados aos desafios da sociedade, do Estado e dos movimentos sociais, principalmente o feminista. Em cada parte do documento, conforme Jucá, estão presentes especificidades do movimento de mulheres no Brasil, como o reconhecimento das diferenças e de novos movimentos feministas e a luta por redistribuição de riqueza e justiça social.

— Mais que uma “coisa de mulheres”, o feminismo amadurecido consolidou-se, no Brasil e no mundo, como teoria e prática política que tem uma produção consistente sobre as questões so-



Romero Jucá lembra que mulheres lutavam por direitos antes da Proclamação da República

ciais, econômicas e culturais do desenvolvimento, da pobreza, da exclusão e da cidadania.

Embora a luta das mulheres brasileiras por seus direitos seja pouco reconhecida, disse o senador, ela é tão antiga quanto a história do país. Ele lembrou, por exemplo, que as mulheres já lutavam pelo direito de voto desde antes da Proclamação da República, direito que só lhes foi assegurado em 1932, mas com restrições, que foram retiradas apenas com a Constituição de 1946.

Jucá ressaltou a importância do movimento feminista especificamente na elaboração da Constituição de 1988, que incorporou reivindicações defendidas por lideranças feministas rurais e urbanas na Carta das Mulheres ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e aos representantes de diversos partidos.

Situação desigual

A questão do trabalho constitui uma das maiores preocupações e uma das principais bandeiras de luta dos diversos movimentos de mulheres. Apesar dos avanços e dos programas de combate à discriminação, permanece uma situação de desigualdade.

Abaixo alguns indicadores do relatório apresentado na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 2002.

— As mulheres brasileiras representam 40,4% da população economicamente ativa.

— De 1985 para cá, as mulhe-

res aumentaram sua taxa de atividade em 47,6%, e os homens, em 73,6%.

— Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostram que em 1993 as mulheres recebiam o equivalente a 49,4% da remuneração dos homens; em 1999 esse percentual aumentou para 60,7%.

— 40% das mulheres ocupam posições precárias no mercado de trabalho. Elas são maioria nos subempregos e no setor informal da economia, especialmente na categoria das empregadas domésticas.

Na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está prevista a votação das quatro emendas apresentadas ao projeto de lei que concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física ou maiores de 60 anos. A matéria é de autoria do ex-senador Iram Saraiva. O relator, senador César Borges (PFL-BA), apresentou parecer favorável à aceitação de todas as emendas.

Entre os 24 itens da pauta consta também o projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que determina a aplicação, em bolsas de estudos, de parte dos recursos provenientes das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), pediu a aprovação de um novo texto que apresentou em substituição ao projeto de lei original. Essa matéria tem caráter terminativo na CAE, ou seja, cabe à comissão dar a palavra final sobre o assunto no Senado, a não ser que requerimento assinado por pelo menos



José Cruz

César Borges apresentou parecer favorável às emendas ao projeto de Iram Saraiva

nove senadores peça sua votação em Plenário.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto favorável a três projetos que têm caráter terminativo na CAE. O primeiro, de autoria do ex-senador Ricardo Santos, permite que um fundo de aval possa garantir os financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Os outros dois são de autoria do ex-senador Ari Stadler. Um deles permite isentar do Imposto de Renda os resgates de recursos aplicados em planos de previdên-

cia privada. O outro reduz de 15% para 5% a alíquota do Imposto de Renda na hipótese de transferência de bens constantes da declaração anual.

Tem também caráter terminativo o projeto de lei do ex-senador Moreira Mendes que assegura aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso. O parecer favorável é do senador Almeida Lima (PDT-SE). Dos 24 itens da pauta da CAE, dez têm parecer contra sua aprovação ou pedindo o arquivamento da matéria.

Paim quer adicional para trabalho perigoso

Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) determina que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garanta ao trabalhador o direito de receber adicional de 50% sobre o salário em caso de trabalho considerado perigoso. Segundo Paim, a medida é necessária para garantir que o trabalhador exposto a perigos na sua profissão seja recompensado com percentual superior ao adicional pago no caso de trabalho insalubre.

Os adicionais de remuneração para trabalho insalubre, perigoso

ou penoso foram previstos pela Constituição de 1988. De acordo com Paim, agora é necessário que a CLT detalhe os percentuais desses adicionais com critérios justos. Assim, a proposta do senador, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa, integra um grupo de projetos conexos que tem outras duas propostas que fixam percentuais de 10%, 20% e 40% sobre a remuneração em caso de insalubridade e de 30% em caso de trabalho penoso.



Roque de Sá

Paulo Paim: adicionais devem ser detalhados pela CLT com critérios justos

Proposta estende benefício a carteiros

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, projeto do senador Paulo Paim que concede adicional de periculosidade à profissão de carteiro. O parlamentar acredita que essa é uma atividade que coloca em risco a integridade física do trabalhador, sendo necessário dotá-lo de condi-

ções de trabalho dignas e que levem em conta as adversidades que enfrenta na execução das tarefas.

— Observe-se que os carteiros, considerando suas atividades, trabalham em condições perigosas, pois são frequentes os casos de atropelamento, ataque de cães, acidentes na hora de subir ou des-

cer de ônibus, quedas e torções devido às condições geográficas adversas, fazendo com que os carteiros atravessem rios e florestas para entregar a correspondência nos mais longínquos municípios deste país, trazendo felicidade a pessoas que raramente recebem uma correspondência— afirma Paim.

Brasil deve abrir novos mercados e exportar cada vez mais, diz Valadares

Senador considera crescimento do comércio exterior indispensável à melhoria das condições de vida da população. Para isso, afirma, é preciso reduzir a carga tributária e combater o protecionismo

A inserção brasileira no mercado global, em escala cada vez maior, é um requisito básico para que a população tenha melhores condições de vida, uma vez que as exportações geram emprego e riqueza, afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele observou que a conquista de novos mercados é fundamental, também, para reverter o endividamento externo, “que continua a atormentar toda a economia do país”.

Mas, para que a política de comércio exterior brasileira tenha su-

cesso, comentou o senador, é necessário resolver dois graves problemas: diminuir a excessiva carga tributária e lutar contra o protecionismo estrangeiro em relação a produtos que compõem expressiva parcela da pauta de exportações do país.

Antonio Carlos Valadares acrescentou que, além de excessiva, a carga tributária é distribuí-



Valadares apóia posição brasileira junto à OMC

da de forma desigual, sufocando de maneira mais acentuada os setores industriais que, informou, representam 36% do Produto Interno Bruto (PIB) e contribuem com 65% da arrecadação nacional.

— O governo Lula deve, portanto, avançar de forma austera e firme tanto na contenção dos gastos públi-

cos como na diminuição do risco Brasil, para que o país possa reduzir a carga tributária e aliviar o peso excessivo que a produção nacional tem de suportar — alertou.

Com relação ao protecionismo, principalmente no que se refere a produtos primários, o senador aplaudiu a posição assumida pelo Brasil, que defendeu junto ao Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio (OMC) a redução das tarifas de importação de produtos e a cessação dos chamados subsídios internos.



Valdir Raupp pede mudança justa no Imposto de Renda

Raupp: IR pode mudar sem atingir a classe média

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) recomendou ao governo que estude mais atentamente soluções para alterar as regras do Imposto de Renda. Ele disse que, em sua opinião, o governo deve evitar as saídas simples e fáceis como a recentemente anunciada, de criação de novas tabelas com a alíquota de até 35% e também de extinção de algumas deduções do imposto de renda das pessoas físicas.

— É louvável a intenção do governo de sanear as contas nacionais, aumentando a receita, cortando gastos e distribuindo a renda de forma mais equitativa. Mas não podemos aceitar tranquilamente o que se configura como mais um arrocho ao contribuinte, em especial aos assalariados da classe média — criticou o senador.

Ele explicou que um dado grave das pretensões do governo são os alvos das simulações da equipe econômica para as deduções: os gastos com saúde, educação e com dependentes. A extinção dessas deduções, explicou o senador, renderia ao governo federal uma arrecadação anual de R\$ 7 bilhões.

— Essa é uma quantia respeitável, não há dúvida, e seria muito bem empregada no financiamento de programas sociais exemplares que o governo vem implementando. O que preocupa é a fonte, a origem das receitas — argumentou Raupp, enfatizando que a classe média será a maior prejudicada caso as deduções sejam realmente extintas.

O senador reconhece a necessidade de ajuste no atual modelo das tabelas, mas discorda da alegação do governo de que a medida poria fim a uma injustiça social. “Ora, há outras formas, menos drásticas, de solucionar essa questão”, afirmou Raupp.

Pavan destaca importância econômica da cultura do fumo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu os produtores de tabaco brasileiros, principalmente os de Santa Catarina, e disse que qualquer proposta contrária à produção desse bem deve garantir a eles condições de continuar como produtores rurais, seguindo uma tradição de várias gerações. Em seu discurso, o senador lembrou que o Brasil é o terceiro produtor mundial de fumo, produzindo mais de 600 mil toneladas por ano, e a ati-

vidade emprega, direta ou indiretamente, 2,1 milhões de pessoas.

— Do ponto de vista social, a cultura do fumo no Brasil gera 723 mil empregos diretos na lavoura e 17 mil na indústria, e indiretamente são envolvidas 2,1 milhões de pessoas em todo o processo. Em termos de tributação, a produção e a industrialização do fumo rendem ao país R\$ 6,69 bilhões anuais. Cerca de 90% da produção estão no sul do país, sendo o Rio Grande do Sul

o maior produtor, seguido de Santa Catarina e do Paraná. Os 10% restantes saem da Bahia e de Alagoas — afirmou o senador.

A maior parte dos produtores, segundo Leonel Pavan, é formada de pequenos proprietários. Ele lembrou ainda que os fumageiros contribuem anualmente com US\$ 1,08 bilhão em



Pavan: Brasil é o terceiro produtor mundial de fumo

divisas para o país, ou 2% das exportações brasileiras.

Pavan informou ainda que os produtores de fumo mantêm cuidados estritos com o meio ambiente, os cuidados com agrotóxicos são científicos e controlados e as técnicas são modernas e atualizadas constantemente.

Luiz Otávio propõe aumentar compensação por minérios

Projeto de lei propondo o aumento da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) de 3% para 5% a 10% do faturamento líquido da empresa exploradora foi apresentado pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele justificou



Luiz Otávio diz que estado ganha pouco

que a maior parte dos lucros hoje vai para as indústrias de extração e para as que transformam o minério em bens de consumo final, pouco restando para a área de onde saiu a matéria-prima.

— Um estado como o Pará, província mineral riquíssima, não pode mais continuar a ver seus recursos minerais sendo usados para enriquecer outras áreas e outros paí-

ses, deixando somente buracos no chão e trabalhadores sem melhoria social e, depois de alguns anos, uma vez terminada a exploração, também sem emprego — disse o senador.

A exploração de jazidas minerais, acrescentou, implica ainda outros tipos de custos para os estados e municípios onde é realizada. Em regra os poderes públicos dependem recursos na infra-estrutura que permite a instalação e operação de empresas mineradoras em seu território, como a construção de estradas e o fornecimento de energia, apontou. Além disso, freqüentemente concedem isenção fiscal às indústrias.

Ana Júlia defende percentuais variáveis de acordo com jazida

A senadora Ana Júlia Carrepa (PT-PA) apresentou projeto de lei propondo o aumento dos percentuais da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Ela observa que o valor fixo da CFEM, atualmente de 3% sobre o valor



Ana Júlia quer incluir município fronteiriço

faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, não comporta variações em função da qualidade da jazida.

A sugestão da senadora é aumentar o percentual de compensação de acordo com as classes minerais, como já acontece com o petróleo. No caso desse último, os royalties podem variar entre 5% e 10%.

Ana Júlia propõe uma com-

pensação de 4% para minérios de alumínio, ferro, caulim e manganês, jazidas largamente exploradas no estado do Pará. No caso de ouro, cobre, zinco, níquel, prata, carvão e demais substâncias minerais, ela sugere 2%. Contudo, tendo em vista as expectativas de produção da lavra e outros fatores, o Ministério de Minas e Energia poderá estabelecer, no contrato de extração das jazidas, um aumento para até 7,5% nas compensações.

Quanto à distribuição das compensações, a senadora quer que 40% sejam destinados aos municípios fronteiriços aos da extração, proporcionalmente às populações.